



Simulado Final  
**CGM RJ**

Técnico de Controle Interno  
Pós-Edital

# Simulado

Simulado Final CGM RJ (Técnico de Controle Interno)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CGM RJ (Técnico de Controle Interno);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

## PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGM-RJ-Técnico-26-03>

- |            |            |            |            |             |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE  |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE  |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE  |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE  |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE  |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE  |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE  |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE  |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE  |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE  |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE  |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE  |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE  |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE  |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE  |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE  |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE  |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE  |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE  |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

**PORTUGUÊS****Luiz Felipe**

**01.** Dentre os trechos abaixo, o único que apresenta um modo de organização discursiva distinto é:

- a) *Antigamente, antes de as cidades se formarem, a água entrava toda na terra. Quando o homem começou a tirar a vegetação e construir casas nas margens dos rios, as enchentes viraram um problemão.*
- b) *Era este nobre senhor alto, magro, de cinquenta e poucos anos, queixo pontiagudo, cabelo grisalho desgrenhado e certo ar de loucura no olhar. De sobrenome Quixada ou Quesada, embora não rico, era muito conhecido pelos lavradores e tinha fala de boa pessoa entre os moradores da comunidade em que vivia.*
- c) *Nascida em Salvador, Irmã Dulce, que ficou conhecida como "anjo bom da Bahia", teve uma trajetória de fé e obstinação na qual enfrentou as rígidas regras de enclausuramento da igreja para prestar assistência a comunidades pobres da cidade, trabalho que realizou até a morte.*
- d) *Já que a situação não é tão legal quando o prejudicado é você, então antes de escrever por impulso, pense um pouco, veja se não vai ofender ninguém, pois alguém pode um dia se deparar com alguma coisa que você escreveu e não gostar, daí o problema começa. E lembre-se: por mais que você pense que não é monitorado, isso não é verdade, na internet tudo é rastreado sim, então não abuse e aja com ética e respeito!*
- e) *Começo a trabalhar online, o que já costumo fazer. Revisões e orientações, álcool em gel, lavar as mãos com sabão, relato do trabalho que realizara em março, álcool em gel, lavar as mãos com sabão. Telefonemas e mensagens de Whatsapp. Álcool em gel, lavar as mãos com sabão, noticiários na TV, séries e filmes na Netflix, sarau literário por google meet, como é bom rever o grupo! Mais disciplinado do que nunca por conta do encontro virtual, ninguém fala ao mesmo tempo. Que vírus danado!*

**02.** A partir de "Há pessoas que choram por saber que as rosas têm espinho. Há outras que sorriem por saber que os espinhos têm rosas!", pode-se inferir que

- a) enquanto houver felicidade, sempre haverá tristezas
- b) algumas pessoas não gostam das rosas
- c) devemos estar atentos aos perigos das coisas que são belas
- d) a perspectiva adotada regula a vida
- e) algumas pessoas não entendem de flores.

**03.** Todas as frases abaixo mostram linguagem figurada; a que mostra uma expansão da figura inicial, com o emprego de outra expressão figurada, é:

- a) A esperança é como um vento: sopra o barco em direção ao norte.
- b) A esperança é uma luz no fim do túnel.
- c) A esperança é o instrumento que move a vida, um trampolim para alcançar o inalcançável.
- d) A esperança é o bem que todos admiram, mas que poucos possuem.
- e) A esperança é uma fábrica com alta produtividade e com poucos funcionários.

**04.** A única frase abaixo expressa em linguagem denotativa ou lógica é:

- a) Lutamos todos os dias para que o amanhã exista.
- b) Escrevia cartas enquanto ouvia as canções de seus artistas prediletos.
- c) O poeta é um domador de palavras e sentidos.
- d) A bondade de seu coração comunicou-nos que era um rapaz confiável.
- e) A educação libertou-me da ignorância e do medo.

**05.** Na frase “Começou a chover e a rua encheu”, a conjunção E mostra o mesmo valor em:

- a) Afirmaram que não haveria prejuízo e todos saíram perdendo.
- b) Os prédios serão reconstruídos e as ruas serão pavimentadas.
- c) O policiamento diminuiu e os assaltos começaram a ocorrer.
- d) Todos estavam ansiosos pela inauguração da nova delegacia e pela chegada do novo delegado.
- e) O advogado disse que não se atrasaria e se atrasou.

**06.** O correto emprego do gerúndio mostra que ele deve ser usado na indicação de ações cronologicamente simultâneas com as ações da oração anterior. A frase abaixo que mostra correto emprego do gerúndio é:

- a) Fez o pedido, recebendo a encomenda no final do dia.
- b) Ana entrou no banco, sentando-se em frente aos caixas.
- c) Caiu na saída do espetáculo, machucando os dois joelhos.
- d) Lançou-se aos seus pés, pedindo outra chance.
- e) Conversavam entre amigos, bebendo o clássico vinho.

**07.** Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os diretores falaram com os funcionários que aguardavam o próximo lançamento.
- b) A garota viu o vizinho correndo.
- c) Entraram no site e compraram um computador rápido.
- d) Andréia pediu a Fabiano que pegasse sua mochila na sala.
- e) Todos chegaram no horário que estava marcado.

**08.** “Eles parecem dois pombinhos”. Nessa frase, o vocábulo “pombinhos”, formado com o sufixo -inho, perdeu o valor de diminutivo, passando a significar “casal feliz, apaixonado”. Indique a opção em que todas as palavras receberam um novo significado na forma diminutiva:

- a) folhinha, santinho, casebre
- b) terrinha, povinho, santinho
- c) pegadinha, livreco, patricinha
- d) santinho, coxinha, vaquinha
- e) coxinha, casinha, folhinha

**09.** "Destinada àqueles que sofreram com os recentes desastres naturais, a ajuda humanitária chegou de helicóptero à região". Nessa frase, há dois casos de emprego correto do acento grave indicativo de crase. Assinale a opção que indica a frase em que esse acento está empregado incorretamente.

- a) Quando perceberam a movimentação, os jornalistas saíram às pressas.
- b) A notícia chegou à pequena cidade de imigrantes.
- c) O voto partidário estava relacionado à decisões pessoais.
- d) Ao filho ensinou gentileza; à filha ensinou perseverança.
- e) Os trajes não estavam à altura do jantar.

**10.** A pergunta mais adequada para "João voltará da Europa em setembro" é

- a) Quem voltará da Europa em setembro?
- b) Quando João chegará?
- c) Quando João voltará da Europa?
- d) João não estará presente em setembro?
- e) João voltará de onde em setembro?

**MATEMÁTICA FINANCEIRA***Carlos Henrique*

**11.** Mirabel passou no concurso do CGM RJ (estudando no Estratégia Concursos, nem precisava dizer, né?) e, ao receber o seu primeiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 28.800,00 em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 30.720,00.

Nessas condições, pode-se concluir que a taxa de juros aplicada ao capital de Mirabel é:

- a) 2,50% a.m.;
- b) 2,60% a.m.;
- c) 2,70% a.m.;
- d) 2,80% a.m.;
- e) 2,90% a.m..

**12.** Mirabel, ao assumir seu cargo no CGM RJ, aplicou um capital no valor de R\$ 18.000,00, durante 8 meses, a juros simples, com uma taxa de 18% ao ano. No final do período, o montante é resgatado por Mirabel e aplicado a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 5% ao semestre. A soma dos juros das duas aplicações, obtido por Mirabel, é igual a

- a) R\$ 4.012,30.
- b) R\$ 4.026,40.
- c) R\$ 4.176,00.
- d) R\$ 4.226,40.
- e) R\$ 5.417,10.

**13.** Um servidor atrasou em 15 dias o pagamento de uma dívida de R\$ 40.000, contraída durante a pandemia, cuja taxa de juros é de 21% ao mês no regime de capitalização simples. Considerando o mês comercial de 30 dias, qual a diferença entre os juros nos regimes de capitalização simples e composta?

- a) R\$ 100,00
- b) R\$ 200,00
- c) R\$ 300,00
- d) R\$ 400,00
- e) R\$ 500,00

**14.** Uma dívida de R\$ 10.000 foi liquidada pelo valor de R\$ 22.500, pagos de uma única vez, dois anos após ter sido contraída. Nesse caso, no regime de capitalização composta, a taxa anual de juros empregada nesse negócio foi de:

- a) 40%
- b) 45%
- c) 50%
- d) 60%
- e) 64%

**15.** Mirabel desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 36.000,00 40 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação de Mirabel, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Mirabel. Podemos deduzir que o valor que Mirabel recebeu foi de:

- a) R\$ 32.320,00
- b) R\$ 32.640,00
- c) R\$ 32.820,00
- d) R\$ 33.600,00
- e) R\$ 33.940,00

**16.** Mirabel, ao assumir um cargo no CGM RJ, faz um investimento no valor de R\$ 200.000,00 no início de 2023. No final deste ano, o montante referente a este investimento é resgatado totalmente, e o seu valor foi de R\$ 238.560,00. Se a taxa de inflação no período deste investimento foi de 12%, então a taxa aparente e a taxa real correspondentes no mesmo período foram iguais a, respectivamente,

- a) 18,50% e 7,28%.
- b) 18,50% e 6,50%
- c) 19,28% e 7,28%.
- d) 19,28% e 6,78%.
- e) 19,28% e 6,50%.

**17.** Para quitar uma dívida que apresenta na data de hoje o valor de R\$ 77.000,00, um empresário deverá efetuar um pagamento de P reais daqui a um ano e outro de 2P reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que P é igual a

- a) R\$ 27.000,00
- b) R\$ 29.160,00
- c) R\$ 30.326,40
- d) R\$ 31.492,80
- e) R\$ 32.659,20

**18.** A empresa NOSFERATU CONCURSOS contrai um empréstimo no valor de R\$ 160.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 34.936,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a)  $81\% \leq S < 82\%$
- b)  $80\% \leq S < 81\%$
- c)  $79\% \leq S < 80\%$
- d)  $78\% \leq S < 79\%$
- e)  $77\% \leq S < 78\%$

19. Mônica, uma jovem empreendedora, deseja comprar um equipamento cujo valor é de R\$ 200.000,00 utilizando o Sistema de Amortização Constante-SAC. O banco financia esse equipamento em 100 meses, a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos. Assim, a trigésima sexta prestação a ser paga será de:

- a) R\$ 3.600,00
- b) R\$ 4.000,00
- c) R\$ 4.800,00
- d) R\$ 4.400,00
- e) R\$ 4.600,00

20. Mirabel tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m..

Portanto, Mirabel pagará, na quarta prestação, o valor de:

Dado:  $1,07^5 = 1,4$      $1,07^6 = 1,5$

- a) R\$ 6.000,00
- b) R\$ 6.025,00
- c) R\$ 6.125,00
- d) R\$ 6.175,00
- e) R\$ 6.250,00

## DIREITO ADMINISTRATIVO I

*Antônio Daud*

21. Em relação à vedação ao nepotismo, é INCORRETO afirmar que:

- a) alcança todos os Poderes e todas as esferas de governo, seja municipal, federal, estadual ou distrital.
- b) estende-se pela administração direta e por toda a administração indireta, inclusive empresas estatais não dependentes que sejam exploradoras de atividade econômica.
- c) veda-se a nomeação de parentes de até o 3º grau da autoridade nomeante.
- d) não exige a edição de lei formal para coibir a prática, na medida em que a vedação decorre diretamente dos princípios constitucionais.
- e) alcança a nomeação de cargos de natureza política, a exemplo dos Secretários Municipais.

22. Segundo prevê a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é INCORRETO afirmar que o acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter:

- a) informação pertinente à administração do patrimônio público.
- b) informação íntegra, autêntica, primária e atualizada.
- c) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- d) informação custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- e) informação contida em registros, produzidos ou acumulados por órgãos públicos, desde que recolhidos a arquivos públicos.

**23.** Considerando o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) as informações de interesse público devem ser divulgadas, exigindo-se a correspondente solicitação do interessado.
- b) por questões de racionalidade administrativa, os pedidos de acesso à informação devem necessariamente ser motivados, com a indicação da justificativa do pedido.
- c) é de 25 anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como secretas.
- d) primariedade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- e) No caso de indeferimento de acesso a informações, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 dias a contar da sua ciência.

**24.** Em relação à Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em regra, competem à Controladoria-Geral da União a apuração, o processo e o julgamento dos atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- b) A Controladoria-Geral da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- c) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.
- d) Havendo a cisão da pessoa jurídica, não subsistirá a responsabilidade pelos atos ilícitos de que cuida a referida Lei.
- e) Constitui ato lesivo à administração pública a conduta de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

**25.** No tocante à aplicação da sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública a que se refere a Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impedirá o responsável de ser contratado no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todo e qualquer ente político.
- b) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de 4 anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso de no mínimo 2 anos.
- d) impedirá a pessoa sancionada de licitar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que houver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) poderá ser cumulada com a declaração de inidoneidade.

**26.** João, titular de Secretaria do município Alfa, no exercício regular das atribuições de seu cargo, editou portaria ordenando aos agentes públicos José e Maria, que lhe são diretamente subordinados, que fiscalizassem a execução de determinadas obras naquele município.

Referido ato administrativo de designação representa manifestação do poder

- a) hierárquico.
- b) de polícia.
- c) disciplinar.
- d) regulamentar.
- e) normativo.

**27.** Considerando que Antônio, funcionário público do município Beta, foi condenado pela prática de ato de improbidade consistente em receber vantagem econômica para facilitar a aquisição bem imóvel, por aquele município, por preço superior ao valor de mercado.

Neste caso, pode-se concluir que foram aplicadas as seguintes condenações, isoladas ou cumulativamente:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- e) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

**28.** Caracteriza hipótese de inexigibilidade de licitação prevista expressamente na Lei 14.133/2021:

- a) compra de bem móvel cujas condições de instalação condicionem a escolha.
- b) contratação de serviços técnicos especializados de divulgação.
- c) contratação de objetos por meio de credenciamento.
- d) na hipótese de intervenção federal.
- e) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para normalizar o abastecimento de combustíveis.

**29.** Assinale, entre as alternativas abaixo, uma característica do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

- a) regime que alcança agentes públicos ocupantes de mandatos eletivos.
- b) regime que alcança todos os ocupantes de cargos públicos.
- c) regime no qual é vedada a adoção de requisitos diferenciados para concessão de benefícios, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal, a exemplo dos servidores com deficiência.
- d) inviabilidade jurídica de o regime alcançar agentes públicos que exercem função de confiança.
- e) sujeição a registro, pela controladoria geral, dos atos de concessão de aposentadoria.

**30.** Entre outras características, serviço público adequado é aquele que:

- (I) é ofertado à maior cobertura possível;
- (II) é prestado com tarifas acessíveis, impedindo-se lucros exorbitantes ao prestador.

Os princípios que se relacionam diretamente com as características (I) e (II) são, respectivamente:

- a) universalidade e gratuidade.
- b) continuidade e confiança legítima.
- c) generalidade e modicidade tarifária.
- d) universalidade e regularidade.
- e) cortesia na sua prestação e modicidade de riscos.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Fábio Ramos*

**31.** Pedro, Ernesto e Maria travaram ampla discussão a respeito da Lei orgânica do Rio de Janeiro. Pedro afirmou que São símbolos do Município o selo, o brasão, a bandeira e o hino. Ernesto afirmou que São símbolos do Município a bandeira e o hino. Maria afirmou que São símbolos do Município o brasão, a bandeira e o hino. correto afirmar que:

- a) Que todos estão certos;
- b) Apenas Maria esta correta;
- c) Apenas Ernesto esta correto;
- d) Apenas Pedro esta correto;
- e) Apenas Maria e Pedro estão corretos.

**32.** A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro estabelece que, nos casos de vacância dos cargos de Prefeito e Vice Prefeito, devem assumir, sucessivamente:

- a) o Presidente do Tribunal de Contas do Município, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Vereador mais votado
- b) o Presidente da Câmara de Vereadores, o 1º Vice-Presidente da Câmara de Vereadores e o Vereador mais votado
- c) o Presidente da Câmara de Vereadores, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Presidente do Tribunal de Contas do Município
- d) o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Câmara de Vereadores e o Corregedor Geral do Tribunal de Justiça
- e) o Presidente da Câmara de Vereadores, o 1º Vice-Presidente da Câmara de Vereadores e o Presidente do Tribunal de Contas do Município

**33.** Realizada por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, A reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. De acordo com o texto constitucional:

- a) um Ministro do Supremo Tribunal Federal que integre o Conselho exercerá obrigatoriamente a função de Ministro- Corregedor.
- b) O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

**34.** Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) Ação popular que será julgada pelo STJ.

**35.** Tibruço, cidadão holandês que, após atingir a maioria, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder um processo de extradição iniciado pelo Governo holandês. Tal situação ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território holandês. Pode-se afirmar que a extradição

- a) do brasileiro naturalizado somente é concedida no caso de crime político ou de opinião;
- b) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro nato ou naturalizado pode ser extraditado;
- c) é possível independentemente do crime e da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e holandês;
- d) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;
- e) seria possível em qualquer situação, bastando o pedido.

**36.** A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

**37.** Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) é brasileiro nato e em nenhuma hipótese poderá perder a nacionalidade.

**38.** Rose é militar do Exército e pretende candidatar-se ao cargo de Deputada Estadual. Val é militar da Marinha e pretende se candidatar a prefeito.

Nos termos da Constituição Federal, caso sejam eleitos para o cargo,

- a) contando com menos de dez anos de serviço, será exonerado do cargo militar.
- b) contando com mais de quinze anos de serviço, será transferido para a sede do mandato.
- c) contando com mais de cinco anos de serviço, terá direito à remuneração da origem.
- d) contando com mais de dez anos de serviço, será transferido para a inatividade.
- e) Nenhuma das alternativas.

**39.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico são de competência legislativa

- a) privativa da União.
- b) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- d) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) Nenhuma das alternativas.

**40.** Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

**DIREITO ADMINISTRATIVO II***Antônio Daud*

**41.** Segundo prevê o Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro (Lei nº 94, de 14 de março de 1979), os cargos públicos NÃO são providos por:

- a) nomeação.
- b) readmissão.
- c) remoção.
- d) aproveitamento.
- e) reintegração.

**42.** Assinale, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro (Lei nº 94, de 14 de março de 1979), a alternativa que NÃO menciona dever do funcionário público municipal:

- a) lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servir.
- b) assiduidade e pontualidade.
- c) submeter-se à inspeção médica determinada por autoridade competente.
- d) atender prontamente às requisições para defesa da fazenda pública.
- e) censurar pela imprensa ou por qualquer outro órgão de divulgação pública as autoridades constituídas, sob o ponto de vista doutrinário, com ânimo construtivo.

**43.** À luz do que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), marque a alternativa que NÃO prevê hipótese de tratamento de dados pessoais:

- a) para cumprimento de obrigação regulatória pelo controlador.
- b) para realização de estudos por órgão de pesquisa garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- c) para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, desde que a pedido do titular dos dados.
- d) para a proteção da incolumidade física do titular, mas não e terceiro.
- e) para o exercício regular de direitos em processo administrativo.

**44.** De acordo com o previsto na Lei Geral de Proteção de Dados, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) empresas públicas e as sociedades de economia mista, em qualquer situação, deverão seguir as mesmas regras de tratamento de dados pessoais aplicáveis aos órgãos e às demais entidades do Poder Público.
- b) nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas na Lei, o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado não necessita ser informado à autoridade nacional ou de consentimento do titular.
- c) em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência de dados, o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado não necessita ser informado à autoridade nacional ou de consentimento do titular.
- d) a autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos públicos a realização de operações de tratamento de dados pessoais, bem como poderá emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da referida Lei.
- e) os dados deverão ser mantidos pelo poder público em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado.

**45.** À luz do disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- b) A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas
- c) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- d) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.
- e) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

**46.** Suponha que a entidade privada Beta organizou o concurso público do órgão público Alfa, pertencente à administração direta do Município do Rio de Janeiro. Naquele certame, os exames foram cancelados por indícios de fraude, ocasionando danos materiais aos candidatos. Neste caso, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, é correto afirmar que:

- a) o órgão público Alfa tem responsabilidade subsidiária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- b) o órgão público Alfa tem responsabilidade primária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- c) o Município do Rio de Janeiro responderá subsidiariamente pelos danos materiais causados, no caso de a entidade privada Beta se tornar insolvente.
- d) a entidade privada Beta apenas responderá se comprovada a participação de seus agentes na fraude, mediante conluio.
- e) a entidade Beta não responde pelos danos materiais sofridos pelos candidatos em razão de a organização do certame correr sob riscos do órgão contratante.

**47.** Em relação aos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) É admitida conduta culposa para a configuração de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- b) Para a configuração dos atos de improbidade, exige-se apenas a voluntariedade do agente.
- c) Considera-se dolo toda vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em lei.
- d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não reste comprovado ato doloso com fim ilícito.
- e) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, salvo se comprovado ato doloso praticado com essa finalidade.

**48.** Determinado município do Estado do Rio de Janeiro decidiu fomentar a participação de entidade privada sem fins lucrativos em projetos de interesse público e recíproco. Publicou, assim, chamamento público com o fito de os interessados apresentarem seus projetos, sendo que, ao final, seria formalizada a parceria com a entidade vencedora, beneficiária de recursos financeiros de origem pública.

Considerando o regramento contido na Lei 13.019/2014, a mencionada avença terá forma de:

- a) contrato de gestão.
- b) termo de parceria.
- c) termo de fomento.
- d) termo de colaboração.
- e) acordo de cooperação.

**49.** Tomando por base a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta em relação ao tema “agentes públicos”:

- a) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais a índices federais de correção monetária.
- b) A garantia do salário mínimo refere-se a uma parcela da remuneração do servidor público denominada vencimento básico, sendo aplicável ainda que o valor global exceda o mínimo legal.
- c) O Judiciário está autorizado, em apelo ao princípio da isonomia, a aumentar remunerações dos servidores públicos.
- d) Funcionário em estágio probatório pode ser exonerado sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.
- e) Os servidores inativos não fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.

**50.** O município Beta realizou fiscalização em estabelecimentos de comércio de alimentos, selecionados de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, a partir da qual alguns dos estabelecimentos perderam o alvará sanitário, em virtude da constatação de diversas desconformidades com requisitos estabelecidos no código sanitário aplicável, inclusive o armazenamento de produtos perecíveis com validade vencida.

Nesta situação, é correto afirmar que os respectivos alvarás sanitários sofreram:

- a) anulação.
- b) revogação.
- c) caducidade.
- d) cassação.
- e) convalidação.

**51.** Assinale a alternativa que menciona corretamente instrumento do controle administrativo:

- a) representação, que consiste em pedido dirigido a outra autoridade para que seja reexaminada determinada decisão.
- b) ação popular, que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- c) ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- d) pedido de reconsideração, por meio do qual determinada autoridade judicial irá reexaminar sua decisão anterior.
- e) revisão, admitida após surgimento de fatos novos que demonstrem a inadequação da penalidade aplicada.

**52.** Assinale a alternativa que menciona corretamente a idade mínima para a aposentadoria voluntária sob o regime próprio de previdência social atualmente aplicável no âmbito da União:

- a) 65 anos de idade, se mulher, e aos 68 anos de idade, se homem.
- b) 63 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem.
- c) 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem.
- d) 60 anos de idade, se mulher, e aos 62 anos de idade, se homem.
- e) 55 anos de idade, se mulher, e aos 60 anos de idade, se homem.

**53.** Considerando a jurisprudência sobre a alienação do controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, assinale a alternativa correta:

- a) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedade de economia mista matriz exige autorização legislativa, mas não a realização de licitação.
- b) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedade de economia mista matriz exige a realização de licitação, mas não autorização legislativa.
- c) A alienação de subsidiárias exige autorização legislativa, mas não a realização de licitação.
- d) A alienação de subsidiárias não exige a realização de licitação, tampouco autorização legislativa.
- e) A alienação do controle acionário de empresas públicas, sociedade de economia mista matriz e subsidiárias exige autorização legislativa e licitação.

**54.** Os tribunais do Poder Judiciário têm considerado inviável a inscrição de município em cadastros restritivos em virtude de irregularidades ocorridas em gestão anterior, caso a gestão sucessora tome as providências necessárias ao ressarcimento dos danos patrimoniais observados.

Assinale a assertiva abaixo que elenca o princípio no qual se fundamenta o referido entendimento:

- a) princípio da autotutela.
- b) princípio da eficiência.
- c) princípio da especialidade.
- d) princípio da intranscendência subjetiva das sanções.
- e) princípio da precaução.

**55.** O princípio constitucional da impessoalidade

- a) informa que os agentes públicos somente pratiquem as condutas impessoalmente previstas em lei.
- b) relaciona-se à finalidade da atuação estatal, embora não esteja expresso no texto constitucional.
- c) exige a observância de padrões éticos e de probidade por parte dos agentes públicos.
- d) exige a obtenção de resultados satisfatórios para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade.
- e) veda a promoção pessoal dos agentes públicos às custas dos feitos da Administração.

## **CONTROLES INTERNOS**

*Guilherme Santanna*

**56.** Tomando como base o Modelo de Três Linhas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Modelo de Três Linhas (anteriormente conhecido como Três Linhas de Defesa) ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos
- b) O Modelo de Três Linhas é aplicável a todas as organizações.
- c) Todos os papéis que trabalham juntos contribuem coletivamente para a criação e proteção de valor quando estão alinhados entre si e com os interesses priorizados dos stakeholders.
- d) A independência da auditoria interna em relação a responsabilidades da gestão é fundamental para sua objetividade, autoridade e credibilidade.
- e) A responsabilidade da gestão de atingir os objetivos organizacionais compreende os papéis da primeira e terceira linhas.

**57.** Destaca a importância da gestão de riscos na definição e na execução da estratégia e na gestão do desempenho organizacional. Com a incorporação dessa perspectiva, o modelo proporciona maior alinhamento às expectativas em torno das responsabilidades das instâncias de governança e da alta administração no cumprimento das suas obrigações de accountability.

O texto acima refere-se ao modelo de gestão de riscos conhecido como:

- a) COSO II – ERM (2004)
- b) COSO GRC (2017)
- c) ISO 31000
- d) The Orange book
- e) Três linhas de defesa.

**58.** Em relação às diferentes naturezas do risco, aqueles que se configuram como condutas praticadas contra o patrimônio ou os interesses da organização são denominados:

- a) riscos de fraude e corrupção
- b) riscos operacionais
- c) riscos legais
- d) riscos de tecnologia da organização
- e) riscos patrimoniais.

**59.** Sobre os componentes da estrutura de controles internos, analise os itens a seguir:

- I. a avaliação de risco é o processo permanente de identificação e análise dos riscos relevantes que impactam o alcance dos objetivos da organização e determina a resposta apropriada ao risco.
- II. as informações produzidas pelo órgão ou entidade devem ser apropriadas, tempestivas, atuais, precisas e acessíveis, devendo ser identificadas, armazenadas e comunicadas de forma que, em determinado prazo, permitam que os funcionários e servidores cumpram suas responsabilidades, inclusive a de execução dos procedimentos de controle interno.
- III. o monitoramento é obtido por meio de revisões específicas ou monitoramento contínuo, independente ou não, realizados sobre todos os demais componentes de controles internos, com o fim de aferir sua eficácia, eficiência, efetividade, economicidade, excelência ou execução na implementação dos seus componentes e corrigir tempestivamente as deficiências dos controles internos.

Estão corretos os itens:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) II e III
- e) Apenas I:

**60.** O ambiente de controle, componente da estrutura de controles internos, é a base de todos os controles internos da gestão, sendo formado pelo conjunto de regras e estrutura que determinam a qualidade dos controles internos da gestão.

Nesse contexto, podem ser considerados como sendo elementos do ambiente de controle, EXCETO:

- a) integridade pessoal e profissional e valores éticos assumidos pela direção e pelo quadro de servidores
- b) comprometimento para reunir, desenvolver e manter colaboradores competentes
- c) filosofia da direção e estilo gerencial, com clara assunção da responsabilidade de supervisionar os controles internos da gestão
- d) estrutura organizacional na qual estejam claramente atribuídas responsabilidades, sem possibilidade de delegação, para que sejam alcançados os objetivos da organização ou das políticas públicas
- e) políticas e práticas de recursos humanos, especialmente a avaliação do desempenho e prestação de contas dos colaboradores pelas suas responsabilidades pelos controles internos da gestão da organização ou política pública

**61.** A governança no setor público pode ser analisada sob quatro perspectivas de observação, EXCETO:

- a) integridade
- b) sociedade e Estado
- c) entes federativos, esferas de poder e políticas públicas
- d) órgãos e entidades
- e) atividades intraorganizacionais

**62.** De acordo com o modelo proposto pelo COSO II ERM (2004), um dos componentes da estrutura integrada de gerenciamento de riscos permite que uma organização considere até que ponto eventos em potencial podem impactar a realização dos objetivos. Nesse contexto, a administração analisa os eventos com base em duas perspectivas – probabilidade e impacto – e, geralmente, utiliza uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

O texto acima refere-se a(o):

- a) identificação de eventos
- b) fixação dos objetivos
- c) avaliação de riscos
- d) monitoramento
- e) resposta a risco.

## **GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCO**

*Elisabete Moreira*

**63.** Um órgão federal está contratando uma obra que apresenta vários riscos em sua execução. Iniciou-se a realização de oficinas de trabalho de natureza multidisciplinar com vistas a promover a gestão dos riscos, que envolve várias etapas. Através da técnica bow-tie, realizou-se o registro de todas as informações para uma melhor gestão do risco. Nesse caso, a fase do processo de gestão de risco na qual se utiliza a técnica bow-tie é denominada:

- a) Estabelecimento do contexto;
- b) Identificação de risco;
- c) Análise dos riscos;
- d) Avaliação dos riscos;
- e) tratamento dos riscos.

64. O Tribunal de Contas da União (TCU) definiu para a administração pública brasileira princípios orientadores para a gestão de riscos, que serviram de base para que o governo do Estado de Pernambuco promovesse um estudo acerca dos recentes ataques de tubarão nas praias da região metropolitana. Constatou que nas praias do litoral sul, a exemplo de Porto de Galinhas, roteiro muito procurado por turistas do mundo todo, é pouco provável o ataque de tubarões aos banhistas. No entanto, a ocorrência de um único caso naquela região poderia ter um impacto muito alto, considerado devastador para no turismo do Estado. Para tal classificação, a equipe utilizou a seguinte matriz:

Impacto	Muito Alto	15 Risco (b)	19	22	24	25
	Alto	10	14 Risco (a)	18	21	23
	Médio	6	9	13	17	20
	Baixo	3	5	8	12	16
	Muito baixo	1	2	4	7	11
		Raro	Pouco provável	Provável	Muito provável	Praticamente certo
Probabilidade						
Nível do risco (a): 14   Nível do risco (b): 15						

Fonte: Matriz de impacto x probabilidade da Seplan. TCU – Manual de Gestão de Riscos (2018, p. 23).

Com base na matriz probabilidade versus impacto, o nível de risco apontado pelo referido estudo é:

- a) 15
- b) 25
- c) 19
- d) 11
- e) 14

65. De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2020), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- a) ouvidoria e conselho fiscal.
- b) conselho de administração e liderança executiva.
- c) conselhos de administração e conselho fiscal.
- d) corregedoria e auditoria interna.
- e) controladoria e corregedoria.

66. A gestão de projetos requer múltiplas habilidades em razão da incerteza e dos riscos envolvidos. Considerando o tema, analise as alternativas que seguem.

- I. O gerente responsável pela administração de um portfólio conduz uma parte menor de um projeto da empresa.
- II. O gerenciamento de um projeto implica o estabelecimento de objetivos precisos, claros e alcançáveis, cujas entregas devem ser exatamente dentro do planejado.
- III. A sequência de atividades programadas com o compromisso de fornecer um resultado padronizado deve ser um dos requisitos do projeto, pois é necessário um encadeamento lógico entre as diferentes etapas.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) II e III

**67.** As boas práticas de governança evidenciam estruturas que servem para avaliar, direcionar e monitorar as práticas de gestão. O modelo admite que há uma região em que governança e gestão se sobrepõem. Aponte quais das funções relacionadas a seguir se tocam ou se sobrepõem num modelo de governança e gestão:

- a) Avaliar e Executar
- b) Monitorar e Controlar
- c) Dirigir e Controlar
- d) Planejar e Controlar
- e) Planejar e Monitorar

**68.** A administração pública funciona como instrumento do governo para planejar, organizar, dirigir e controlar as ações administrativas, visando o atendimento às necessidades dos cidadãos. As práticas de gestão de projetos, inspiradas na iniciativa privada, ajudam a promover a inovação na administração pública, permitindo o acompanhamento e o monitoramento dos trabalhos realizados. São características de um projeto:

- a) a realização de ações contínuas, com o objetivo de fornecer um resultado padronizado.
- b) a realização de ações temporárias, com o objetivo de fornecer um resultado exclusivo.
- c) a realização de ações perenes, com o objetivo de fornecer um resultado exclusivo.
- d) a realização de ações temporárias, com o objetivo de fornecer um resultado padronizado.
- e) a realização de ações contínuas, com o objetivo de oferecer um resultado singular.

**69.** No desenvolvimento de um projeto de contenção das águas de um rio que sempre inunda quando ocorrem muitas chuvas, prejudicando toda a população, a equipe realizou um estudo das possíveis causas do problema e promoveu a priorização de algumas ações imediatas, diante da dificuldade de recursos, para tentar mitigar a possibilidade de ocorrência de novas inundações. Neste caso, as técnicas utilizadas pela equipe para tais levantamentos foram, respectivamente:

- a) SWOT e diagrama de Pareto
- b) Análise SIPOC e matriz SWOT
- c) Matriz GUT e Brainstorming
- d) Método Delphi e análise bow-tie
- e) Diagrama de Ishikawa e Diagrama de Pareto

**70.** O gerenciamento de processos exige a existência de algumas estruturas e papéis comuns que possam propiciar a governança dos processos. O (s) responsável (is) pela criação de métodos, padrões e boas práticas na gestão do processo, além de também ser responsável por disseminar o conhecimento, ministrar treinamentos, suportar os projetos a fim de consolidar todas as iniciativas de processos existentes na organização é denominado:

- a) Comitê de Processo
- b) Escritório de Processo
- c) Analista de Processo
- d) Gerente de Processo
- e) Dono do Processo

**FINANÇAS PÚBLICAS***Celso Natale*

**71.** A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento pelo qual o Poder Público prevê a arrecadação de receitas e fixa a realização de despesas para o período de um ano. Sendo assim, podemos afirmar que a LOA é o orçamento por excelência ou o orçamento propriamente dito. Sobre tal instrumento, é correto afirmar:

- a) A LOA é quem estabelecerá critérios e forma de limitação de empenho quando a dívida pública ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre.
- b) A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a LOA conterá Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício anterior.
- c) Segundo a CF/88, a LOA será acompanhada por documento onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- d) Conforme dispõe a LRF, a LOA discriminará todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- e) A LRF diz que a LOA disporá sobre critérios para a execução equitativa do orçamento, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório.

**72.** A Lei de Responsabilidade Fiscal traz em seu bojo vários dispositivos que reforçam as figuras dos instrumentos de planejamento. Segundo a LRF, dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

- a) Lei que institui planos e programas nacionais e regionais.
- b) Plano Plurianual.
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) Lei Orçamentária Anual.
- e) Lei de crimes fiscais.

**73.** De acordo com a LC nº 101/2000, entre os instrumentos de transparência, para os quais será dada ampla divulgação, estão, EXCETO:

- a) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- b) Leis de Diretrizes Orçamentárias
- c) Prestações de Contas e o Respectivo Parecer Prévio
- d) Relatório de Gestão Fiscal.
- e) Relatório das Origens e Aplicações de Recursos Orçamentários.

**74.** O Município Do Rio de Janeiro decide vender bem imóvel de sua titularidade para terceiros. Conforme a Lei nº 4.320/64, a receita proveniente dessa venda é classificada como

- a) receita de capital.
- b) receita corrente.
- c) transferência corrente.
- d) transferência de capital.
- e) receita patrimonial.

**75.** Para atender às necessidades da sociedade, o governo precisa prestar serviços e realizar obras - o que exige gastos. Receita pública é o dinheiro que o governo dispõe para manter sua estrutura e oferecer bens e serviços à sociedade, como hospitais, escolas, iluminação e saneamento. No tocante à receita pública, podemos afirmar que:

- a) são receitas de capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital.
- b) tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- c) operações de crédito, alienação de bens e transferências correntes são classificadas como receitas correntes.
- d) são receitas correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- e) o superávit primário e nominal do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes e de capital, constituirá item de receita orçamentária, constituindo as receitas correntes, desde que classificado como transferência de capital.

**76.** Os créditos adicionais são utilizados como mecanismo de retificação do orçamento. Nesse contexto, o art. 41 da Lei 4.320/64 classificou-os em três espécies, sendo utilizados em situações específicas, segundo a necessidade do agente e respeitando o previsto na legislação quanto a sua aplicabilidade, vigência, ao instrumento de autorização, aos recursos e forma de abertura. Sobre o tema em questão, a Lei nº 4.320/64 diz que:

- a) os créditos especiais serão autorizados e abertos por decreto executivo.
- b) são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- c) os créditos adicionais extraordinários são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- d) os créditos adicionais especiais são os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- e) os créditos adicionais suplementares são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

**77.** A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro decretou estado de calamidade pública em razão das fortes chuvas que atingiram a cidade. Nesse contexto, o Poder Executivo Municipal, para fazer frente às despesas decorrentes dessa situação, poderá abrir

- a) créditos ordinários, independentemente da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, desde que exponha as justificativas.
- b) créditos especiais, condicionados à existência de autorização legislativa.
- c) por meio de medida provisória, créditos extraordinários para atender as despesas decorrente da calamidade pública, devendo dar imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- d) por meio de lei, crédito especial, condicionado à existência de recursos disponíveis para fazer frente à despesa.
- e) créditos extraordinários, desde que existam recursos disponíveis para ocorrer a despesa e que exista prévia exposição de justificativa.

**78.** Durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA) no Congresso Nacional, um deputado propõe emenda parlamentar adicionando, no projeto de lei, artigo tratando sobre aumento do piso salarial dos professores. A emenda é aprovada de forma que o artigo passa a fazer parte da LOA. A inserção desse artigo na LOA ofende o princípio orçamentário

- a) do orçamento bruto.
- b) da exclusividade.
- c) da totalidade.
- d) da universalidade.
- e) da unidade.

**79.** O Governador do Estado do Rio de Janeiro planeja construir um hospital, sendo que a execução iniciar-se-á em abril de 2023, com conclusão prevista para novembro de 2024. No entanto, a despesa não foi prevista no Plano Plurianual vigente. De acordo com a Constituição Federal de 1988, para que a construção do hospital possa acontecer, o Poder

- a) Executivo deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de inversão financeira cuja execução está prevista para finalizar no primeiro ano do mandato seguinte.
- b) Executivo deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de investimento cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
- c) Executivo deve encaminhar ao Poder Judiciário um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de investimento cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
- d) Legislativo deve encaminhar ao Poder Executivo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de despesa de inversão financeira, cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
- e) Legislativo deve encaminhar ao Poder Executivo um projeto de lei para alteração do Plano Plurianual, por se tratar de uma despesa de inversão financeira cuja execução está prevista para finalizar no primeiro ano do mandato seguinte.

**80.** A coexistência de vários orçamentos autônomos, os quais podem ser vistos de forma consolidada, permitindo-se uma visão ao mesmo tempo segregada e geral das finanças públicas, diz respeito ao princípio da(o)

- a) regionalização.
- b) universalidade.
- c) totalidade.
- d) especificação.
- e) orçamento bruto.

**81.** A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro é órgão pertencente à estrutura do Poder Executivo Municipal, o qual possui limites de despesa com pessoal definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Considerando o valor hipotético de R\$ 200 milhões como limite máximo para as despesas com pessoal da CGM/RJ, é correto afirmar que o órgão deverá receber um alerta do Tribunal de Contas competente após a apuração do quadrimestre em que a despesa total com pessoal ultrapassar:

- a) R\$ 190 milhões.
- b) R\$ 97,2 milhões.
- c) R\$ 88,2 milhões.
- d) R\$ 180 milhões.
- e) R\$ 100 milhões.

**82.** Em um dado exercício, após a publicação da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, a CGM/RJ descentralizou créditos orçamentários, o que foi seguido da descentralização de recursos financeiros, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A esses tipos de descentralização dão-se os nomes de:

- a) destaque e repasse.
- b) dotação e sub-repasse.
- c) cota e repasse.
- d) repasse e provisão.
- e) provisão e sub-repasse.

**83.** A classificação da despesa por esfera orçamentária tem como objetivo

- a) identificar o órgão responsável pelo gasto.
- b) identificar a área em que será realizada a despesa.
- c) identificar em qual ente federativo aquela despesa foi realizada.
- d) identificar em qual orçamento a despesa está inserida, se no orçamento fiscal, da seguridade social ou de investimento.
- e) identificar a ação orçamentária a ser adotada para atingir o objetivo do programa.

**84.** O Manual de Demonstrativos Fiscais estabelece regras de harmonização a serem observadas, de forma permanente, pela Administração Pública para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais (ARF), do Anexo de Metas Fiscais (AMF), do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), e define orientações metodológicas, consoante os parâmetros definidos pela LRF. Com base no referido manual, marque a opção que traz um dos anexos do Relatório de Gestão Fiscal:

- a) Balanço Orçamentário.
- b) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.
- c) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.
- d) Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias.
- e) Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas.

**85.** A Constituição Federal traz normas específicas relativas à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Sobre o sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos termos do art. 74 do texto constitucional, assinale a alternativa que contém uma de suas finalidades:

- a) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- b) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- d) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- e) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

## **AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

*Tonyvan Carvalho*

**86.** Assinale a opção que indica o foco da auditoria operacional no setor público.

- a) Observar se um objeto particular está em conformidade com as normas identificadas como critérios.
- b) Avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- c) Avaliar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.
- d) Determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade e se há espaço para aperfeiçoamento.
- e) Obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir que o auditor expresse uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de distorções relevantes, devido a fraude ou erro.

**87.** Assinale a opção que apresenta característica da auditoria de regularidade.

- a) flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria e métodos de trabalho
- b) ampla seleção de métodos de investigação de diferentes áreas do conhecimento, em especial das ciências sociais
- c) relatório com aspectos de economicidade e eficiência na aquisição e aplicação dos recursos
- d) conclusões expressas sob a forma de opinião concisa e de formato padronizado sobre os demonstrativos financeiros
- e) exame da materialidade com base em considerações sobre a natureza ou o contexto do objeto auditado.

**88.** Como parte das atividades de planejamento de um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis orientadas pela NBC TA 300 (R1), o auditor deve planejar a natureza, a época e a extensão do direcionamento e supervisão da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho. O planejamento desses elementos

- a) deve ser considerado inclusive quando a auditoria é realizada integralmente pelo sócio do trabalho.
- b) é indiferente ao porte e à complexidade da entidade.
- c) independe da área em que o trabalho de auditoria é realizado.
- d) tem extensão inversa ao nível de risco de distorções relevantes.
- e) varia conforme a capacidade e a competência dos membros individuais da equipe que realiza o trabalho.

**89.** Nas auditorias, os papéis de trabalho são elaborados com diversos objetivos, entre eles auxiliar o auditor na execução dos procedimentos planejados. Os papéis de trabalho também são de natureza corrente ou permanente, a depender das características da informação que registram. Um exemplo de papel de trabalho corrente é:

- a) cartões de assinaturas de pessoas responsáveis pela aprovação de transações;
- b) cópias de atas de reuniões cujas decisões se estendem por mais de um exercício social;
- c) cópias de contratos de assistência técnica;
- d) legislações específicas aplicáveis à entidade auditada;
- e) questionário de controle interno.

**90.** Ao planejar a auditoria das demonstrações financeiras de uma empresa pública, o auditor, com base em seu conhecimento sobre a entidade e na natureza e extensão das distorções identificadas em auditorias anteriores, irá fixar a materialidade para execução dos testes. O auditor deve:

- a) fixar materialidade superior à das auditorias anteriores caso tenha expectativa de encontrar distorções maiores que as dos exercícios passados;
- b) revisar a materialidade caso ocorra mudança nas circunstâncias durante a execução da auditoria que justifique a alteração;
- c) fixar a materialidade em nível igual ou superior ao definido em leis ou regulamentos;
- d) abster-se de emitir opinião caso ocorra mudança nas circunstâncias durante a execução da auditoria que torne inadequada a materialidade fixada;
- e) buscar obter consenso com a alta administração da entidade a respeito da materialidade a ser fixada.

**91.** O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

A quantidade da evidência de auditoria necessária é afetada pela avaliação

- a) de sua confiabilidade e de sua tempestividade.
- b) De sua relevância e de sua verificabilidade.
- c) De sua relevância e dos riscos de distorção.
- d) Da qualidade da evidência de auditoria e da tempestividade em obtê-las.
- e) Dos riscos de distorção e da qualidade da evidência de auditoria.

**92.** Parte integral do trabalho de auditoria é a execução dos chamados procedimentos analíticos, que, conforme a NBC TA 520, podem ser definidos como

- a) avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.
- b) a emissão do parecer de auditoria, após concluído todo o trabalho de campo.
- c) o expediente de confirmar se as funções críticas de controle interno estão sendo efetivamente executadas.
- d) expedientes e análises realizadas nas demonstrações contábeis consolidadas, sem desdobramento ao nível de elemento individual de informação, pois estes constituem objeto dos procedimentos sintéticos.
- e) expedientes e análises realizadas nos desdobramentos ao nível de elemento individual de informação, sem as agregações das demonstrações contábeis consolidadas, pois estas constituem objeto dos procedimentos sintéticos.

**93.** Ao determinar o tamanho da amostra para os testes de detalhes, o auditor pode levar em consideração alguns fatores que influenciam na escolha do tamanho da amostra. Nesse contexto, analise os fatores a seguir.

- I. Aumento na avaliação do risco de distorção relevante do auditor.
- II. Aumento no uso de outros procedimentos substantivos direcionados à mesma afirmação.
- III. Aumento no valor da distorção que o auditor espera encontrar na população.
- IV. Quantidade de unidades de amostragem na população.

De acordo com a NBC TA 530, assinale a opção que indica os fatores que têm como efeito um aumento no tamanho da amostra.

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

**94.** Numa auditoria de demonstrações contábeis, foi determinado que o risco de auditoria seria muito baixo. O auditor independente avaliou os riscos de distorção relevante para, em seguida, estabelecer o nível de risco de detecção aceitável. O auditor deve ter em mente que:

- a) controles internos eficazes contribuem para elevar o risco de controle;
- b) controles internos eficazes podem eliminar o risco de controle;
- c) quanto maiores forem os riscos de distorção relevante, menor será o risco de detecção;
- d) os riscos de distorção relevante no nível da afirmação têm dois componentes: o risco inerente e o risco de auditoria;
- e) procedimentos de auditoria bem desenhados e adequadamente aplicados contribuem para redução do risco inerente.

**95.** A não obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião implica que o auditor:

- a) expresse uma opinião adversa, se concluir também que as distorções são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis;
- b) expresse uma opinião com parágrafo de ênfase, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizados;
- c) expresse uma opinião com ressalva, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados;
- d) expresse uma opinião não modificada, se concluir também que as distorções são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis;
- e) se abstenha de opinar, se concluir também que as distorções poderiam ser relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.

**96.** A CGM RJ recebeu notícias, oriundas de representantes da sociedade civil organizada, no sentido de que as políticas públicas desenvolvidas por determinado Município eram precárias e não estavam melhorando a qualidade de vida da coletividade. Na medida em que a narrativa não descrevia nenhum ilícito em particular, bem como que a arrecadação do referido Município era sabidamente baixa, a CGM RJ decidiu se inteirar da realidade desse ente federativo, de modo a definir o objeto da fiscalização a ser realizada.

À luz dessa narrativa, o instrumento de fiscalização a ser utilizado é:

- a) o acompanhamento;
- b) a tomada de contas;
- c) o monitoramento;
- d) o levantamento;
- e) a inspeção.

**97.** Achado é a discrepância entre a situação existente e o critério. Qual dos atributos do achado a seguir é considerado o padrão de desempenho usado para medir a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do objeto de auditoria e serve para determinar se o objeto auditado atinge, excede ou está aquém do desempenho esperado?

- a) causa.
- b) efeito.
- c) critério.
- d) evidência.
- e) condição.

**98.** São características das auditorias operacionais, EXCETO:

- a) Conceitos-chave: Economia, eficiência, eficácia, efetividade.
- b) Objetivo: Contribuir para a melhoria da gestão pública.
- c) Papel do auditor: Verificar se há discrepância entre a situação encontrada e a lei ou norma.
- d) Principais áreas de conhecimento do auditor: Ciências sociais, análise de políticas.
- e) Critérios Normas legais, boas práticas, valores profissionais, modelos, experiências

**99.** São elementos da auditoria operacional o auditor, a parte responsável, os usuários previstos, os critérios para avaliar o objeto de auditoria e a informação resultante da avaliação do objeto (ISSAI 100/24). Esses elementos apresentam aspectos peculiares nos diferentes tipos de auditoria. Qual desses elementos se referem às pessoas ou organizações para quem o auditor elabora o relatório de auditoria?

- a) o auditor
- b) a parte responsável
- c) os usuários previstos
- d) os critérios para avaliar o objeto de auditoria
- e) a informação resultante da avaliação do objeto

**100.** Elemento central na determinação do direcionamento dos trabalhos de auditoria, das metodologias e técnicas a adotar e dos resultados que se pretende alcançar. Esse conceito está associado ao/à:

- a) Achado de auditoria
- b) Questão de auditoria
- c) Matriz de responsabilização
- d) Matriz de achados
- e) Matriz de responsabilização

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---